

Brasília, 11 de março de 1996.

Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Justiça
Sr. Nelson Jobim

| | |
|--------------------------|-----------|
| INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL | |
| Data | 1 / 1 |
| Cod. | F4D 00056 |

Excelência,

Apresento o meu pedido de exoneração, em caráter irrevogável, do cargo de Chefe de Gabinete da Presidência da FUNAI, bem como do de Presidente Substituto, ficando afastada qualquer possibilidade de assumir como Presidente Interino. Os motivos que me levam a essa decisão são os seguintes:

O Presidente Márcio Santilli, a despeito dos laços políticos com o Palácio do Planalto, do amplo apoio das organizações não governamentais, da academia e de vários setores progressistas do Congresso Nacional, exonerou-se.

Ao longo desses cinco meses e meio em que estivemos na Presidência, o Presidente Santilli, tentando superar a penúria orçamentária e financeira do órgão, gestionou pessoalmente, por várias vezes, suplementações financeiras junto ao Tesouro Nacional. Dessas suplementações, o Ministério da Justiça não repassou para a FUNAI senão uma pequena parte da verba negociada. A última, por exemplo, somava um total de R\$ 5.500.000,00. Destes, a FUNAI recebeu apenas R\$ 300.000,00. Entendo muito bem que o próprio Ministério atravessasse situações emergenciais e que os restantes R\$ 5.200.000,00 serão repassados para a FUNAI mais tarde.

Ocorre que a FUNAI trabalha com certas emergências especiais. Como sabe V. Excelência, estamos entrando agora na época das cheias no cerrado. Nessa época, as crianças xavante costumam ter crises de diarreia e muitas morrem se não há assistência médica. Poderíamos ter dito aos xavante que a FUNAI estava sem dinheiro para promover ações de saúde porque o Ministério da Justiça havia retido a maior parte da verba negociada junto ao Tesouro Nacional. Não o fizemos por lealdade ao Ministério da Justiça.

Isto abriu flancos para as investidas dos grupos organizados que há muitos anos se apoderaram da FUNAI. Esses grupos de funcionários perderam totalmente o compromisso com o apoio às sociedades indígenas. Querem se manter em cargos de confiança a todo custo, mesmo que isso implique em manipular lideranças indígenas através de favores clientelísticos. Querem que ninguém investigue os fortes indícios de suas conexões com a exploração ilegal de madeira e ouro nas áreas indígenas.

Quando perceberam que nossa proposta de reestruturar a FUNAI iria fatalmente atingi-los, deixaram de se enfrentar mutuamente e se uniram para inviabilizar nossa gestão. E, de fato, desde que assumimos, a sede da FUNAI foi diariamente assediada por vagas de índios vindos de todos os pontos do país, com pedidos que podiam muito bem ser atendidos nas unidades regionais da FUNAI às quais suas Terras estão afetas. Era uma estratégia deliberada de inviabilização.

Esta estratégia era tão mais eficaz quanto se agravava a penúria orçamentária do órgão. Se bem assistidos em suas áreas, os índios não vêm a Brasília. Tampouco dão ouvidos aos que pretendem insuflá-los contra a Presidência. Mas quando suas crianças começam a morrer, eles se desesperam e protestam da forma como protestaram no dia 12 de fevereiro, com a ocupação da sede e o aprisionamento do Presidente e sua diretoria no porão.

Piorou este estado de coisas a promulgação do decreto 1775, que introduz o princípio do contraditório no processo administrativo de demarcação das terras indígenas. Não quero entrar no mérito da questão. Digo apenas que o decreto gerou um clima de grande inquietação entre os índios.

Some-se a isso o fato de que até agora a FUNAI não foi provida dos recursos humanos e financeiros para responder ao contraditório, cujo prazo para resposta termina no dia 8 de junho. Tendo que mobilizar para o contraditório os poucos recursos humanos e financeiros de que dispomos, não poderemos cumprir com os compromissos que assumimos junto ao PP-G7.

Em suma, a atual presidência da FUNAI não tem contado com o aporte financeiro necessário, em tempo hábil, para dar a correta assistência ao índio. Além disso, o clima político gerado pelo novo decreto é desfavorável. Finalmente, no front interno, temos de enfrentar aqueles que querem continuar usando os índios para se manter em cargos de confiança. Em vista disso, não posso tomar outra atitude que não a de renunciar ao convite que V. Excelência me fez através do Secretário Executivo do Ministério da Justiça, de ocupar a Presidência da FUNAI em caráter interino.

Para finalizar, quero que V. Excelência saiba que a FUNAI, a despeito dos grupos organizados a que me referia, tem um excelente quadro de funcionários, de grande e generoso espírito indigenista, que fazem a mim e aos meus pares não desesperar por completo da assistência ao índio feita pelo Estado.

Atenciosamente,


Jorge Pozzobon